

**Projeto Pedagógico do Curso de
Pós-Graduação em Direito e Processo do Trabalho – *lato sensu***

I. JUSTIFICATIVA

Estudo das técnicas de regulação das relações de trabalho, aliadas aos novos modos de composição dos conflitos trabalhistas são temas de maior atualidade e importância, pois afeta a opção fundamental da sociedade segundo os modelos jurídicos que a modernidade apresenta. A flexibilização, a precarização, as novas formas de contratação empregatícia e não empregatícia, a terceirização, a desregulamentação, são temas que desafiam os juslaboralistas e que impõem reflexões mais aprofundadas sobre o enfoque que se espera das normas que tutelam o ser humano.

O curso desenvolve, dialeticamente, as diversas temáticas mediante tratamento multidisciplinar, voltados para discussões aplicadas a casos concretos enfrentados pelo Poder Judiciário nacional, pelas empresas e sindicatos. O público-alvo é composto por advogados, magistrados, procuradores, e demais profissionais que tenham atuação na área jurídica.

Para tanto, foram convidados alguns dos maiores e melhores professores de Direito, especialmente de Direito e Processo do Trabalho, basicamente mestres e doutores, com larga experiência na seara trabalhista, com o propósito de dar concretude a um curso realmente diferenciado, onde o aluno tenha acesso a um ambiente acadêmico voltado para o debate livre e democrático dos temas do Direito Laboral do nosso tempo, unindo teoria e prática, permitindo um alvissareiro desdobramento do processo de educação continuada.

II. OBJETIVOS DO CURSO

Desenvolver a análise das diversas relações de trabalho, suas imbricações processuais, em seus aspectos teóricos e práticos, objetivando um processo contínuo de aprofundamento, reciclagem e atualização no campo jurídico voltado para a regulamentação das relações de trabalho.

O curso também tem por objetivo discutir e divisar, criticamente, novos instrumentos jurídicos capazes de permitir maior e melhor inserção dos profissionais do direito nos setores em que atuam.

III. PÚBLICO-ALVO

Bacharéis em direito, advogados, magistrados, procuradores e membros do Ministério Público.

IV. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

O presente projeto foi concebido com o propósito de proporcionar aos profissionais do direito atualização e reflexão crítica de clássicos e novos institutos e ferramentas jurídicas, pertencentes aos seguimentos do Direito e do Processo do Trabalho contemporâneos, assim como o exame dos principais casos recorrentes na Justiça do Trabalho, das principais controvérsias dentro dos Tribunais Regionais pátrios, bem como as tendências adotadas pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelo Supremo Tribunal Federal, quanto às lides trabalhistas.

Para tanto, o programa enfoca as normas jus trabalhista diante da Constituição da República e da nova teoria constitucional do pós-positivismo. A aplicação desta Carta Republicana no Direito do Trabalho, face às mudanças implementadas com o advento da Emenda Constitucional 45/2004 e do novo Código Civil Brasileiro constituem o substrato do conteúdo filosófico e normativo do projeto em tela.

V. COORDENAÇÃO

Profa. M.Sc. Isabelli Maria Gravatá Maron
Prof. M.Sc. Leandro Antunes de Oliveira

VI. CARGA HORÁRIA TOTAL

Em sala de aula (aulas expositivas): 420 h/a

VII. PERÍODO e PERIODICIDADE

No curso proposto, as aulas têm duração aproximada de 19 meses, sendo estabelecido, adicionalmente, um período de 90 dias corridos para a finalização, apresentação e aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso pelo professor orientador e, eventualmente, pela banca examinadora.

Turno: diurno, das 09h00min às 16h00min (equivalente a 8 h/a por dia). Aulas ministradas semanalmente aos sábados. Normalmente a periodicidade de oferta de cursos é semestral: fevereiro e agosto, entretanto, poderão vir a ser lançadas novas turmas em épocas distintas.

VIII. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - EMENTAS

MÓDULO 1 - Direito Constitucional do Trabalho – 30h

História e constitucionalização do Direito do Trabalho. Direitos fundamentais e sua evolução histórica. Trabalho Escravo. Formas de trabalho. Os direitos sociais dos trabalhadores. Flexibilização. A organização sindical na Constituição da República Brasileira. Análise de decisões atuais do STF sobre matérias trabalhistas.

Competências e habilidades: analisar a evolução sistemática da constitucionalização do Direito do Trabalho. Conhecer os limites dos direitos sociais aplicados aos trabalhadores. Desenvolver a habilidade de aplicar o conhecimento obtido na solução de questões trabalhistas. Por fim, ter consciência do sentido social das normas trabalhistas.

MÓDULO 2 -Direito Individual do Trabalho – 90h

Teoria Geral do Direito do Trabalho – 30h

História do Direito do Trabalho. Conceito do Direito do Trabalho. Fontes do Direito do Trabalho. Hierarquia das fontes. Princípios do Direito do Trabalho. Relação de Trabalho e de Emprego. Sujeitos da relação de emprego. Elementos caracterizadores da relação de

emprego. Tipos de trabalhadores. Doméstico e diarista. Empregado rural. Trabalhador autônomo e eventual. Trabalhador avulso. Estagiário e aprendiz. Empregador. Empregadores equiparados. Grupo Econômico. Sucessão de empregadores. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica.

Direito Individual do Trabalho e Contrato de Trabalho – 30h

Pressupostos de validade. Trabalho ilícito e trabalho proibido. Conteúdo do contrato de trabalho. Obrigações do contrato de trabalho. Contrato por prazo determinado. Suspensão e Interrupção do contrato de trabalho. Alteração do contrato de trabalho. Transferência de empregados. Contrato do atleta profissional. Terceirização: diferença entre terceirização lícita e ilícita, responsabilidade do tomador de serviços nas empresas privadas e na Administração Pública. Trabalho temporário. Jornada de Trabalho. Remuneração e salário (formas e meios de pagamento; gorjetas; adicionais; comissões; gratificações; 13º salário; férias e participação nos lucros). Extinção do Contrato de Trabalho. Cláusulas Especiais.

Negociação nas Relações de Trabalho – 30h

Princípios Gerais de Comunicação. Influência, características e relações interpessoais diante da negociação baseada em princípios. Conflitos: fontes, objeções, tensões, resolução e perfis comportamentais de negociadores. Análise estratégica nos processos de negociação. Principais técnicas, táticas e estratégias de negociação. Possíveis cenários em uma negociação. Identificação das preferências de postura e argumentação. Distinção de conciliação, mediação e arbitragem nas relações trabalhistas.

Competências e habilidades: ser capaz de identificar os conceitos do Direito do Trabalho, seus princípios fundamentais e as relações com as demais disciplinas. Desenvolver a habilidade de aplicar o conhecimento obtido na solução de questões trabalhistas. Por fim, ter consciência do sentido social das normas trabalhistas.

MÓDULO 3 - Direito Coletivo do Trabalho – 30h

Fontes, princípios, interpretação e aplicação do Direito Coletivo. Negociação coletiva: Acordo Coletivo e Convenção Coletiva. Ideia de negociado e legislado. Solução jurisdicional de conflitos coletivos: dissídio coletivo. Arbitragem. Organização Sindical Brasileira. Centrais sindicais. Greve.

Competências e habilidades: conhecer das formas de se negociar através dos sindicatos, federações ou confederações. Compreender o sistema de organização sindical no Brasil. Ser capaz de identificar a legalidade da greve com seu legítimo exercício, ou um eventual abuso do direito de greve. Desenvolver a habilidade de aplicar o conhecimento obtido na solução de questões trabalhistas coletivas.

MÓDULO 4 - Direito Internacional do Trabalho – 30h

Fundamentos do Direito Internacional do Trabalho. Organização das Nações Unidas e Organização Internacional do Trabalho. Estrutura e Atuação da OIT. Convenções e Recomendações da OIT. Controle de convencionalidade.

Competências e habilidades: compreender a participação do Brasil nas Organizações Internacionais. Ser capaz de identificar, dentro do ordenamento jurídico, quais as normas internacionais são mais benéficas do que a própria legislação trabalhista brasileira.

MÓDULO 5 – Segurança e Medicina do Trabalho – 20h

Inspeção Prévia e Embargo ou Interdição. Órgãos de Segurança e de Medicina do Trabalho nas Empresas. Equipamento de Proteção Individual. Medidas preventivas de Medicina do Trabalho. Regras para funcionamento da empresa. Atividades insalubres ou perigosas. Prevenção da fadiga.

Competências e habilidades: Ser capaz de identificar os conceitos de Segurança e Acidente do Trabalho. Identificar como se faz a comunicação de Acidente de Trabalho. Identificar as situações de Insalubridade e Periculosidade.

MÓDULO 6 – Processo de Multas Administrativas – 20h

Atribuições do Auditor Fiscal do Trabalho. Agente de inspeção. Dupla visita. Procedimento especial. Livros obrigatórios. Lavratura do auto. Defesa. Reincidência. Aplicação da pena de pagamento de multa. Recurso Administrativo. Lei de Execução Fiscal. Cobrança judicial. Due diligence.

Competências e habilidades: ser capaz de identificar os pontos sensíveis de uma empresa passíveis de autuação por um Auditor Fiscal do Trabalho. Identificar os possíveis recursos que possam ser utilizados em âmbito administrativo.

MÓDULO 7 - Cálculos Trabalhistas – 20h

Atividades e cálculos provenientes das diversas responsabilidades trabalhistas. Compreensão dos componentes dos cálculos trabalhistas. Introdução aos processos e fluxos de admissão e desligamento de pessoal. Elaboração e a aplicação de fluxos e procedimentos relacionados à Folha de Pagamento, horas extras, adicional noturno e integrações salariais.

Competências e habilidades: operar os cálculos trabalhistas necessários para confecção de folha de pagamento, recibos rescisórios e encargos sociais.

MÓDULO 8 - Direito Previdenciário e Seguridade Social – 30h

A proteção social ao trabalhador. O Estado de bem-estar social, política social, seguridade social. A seguridade social na CRFB/88. Seguridade Social: Saúde; Assistência Social; Previdência. Fundamentos Da Seguridade Social. Modelos De

Previdência Social. Sistemas privados de previdência. O Regime Geral de Previdência Social (RGPS). A Constitucionalização Do Direito Previdenciário. Acidente de trabalho. Limbo jurídico previdenciário / trabalhista.

Competências e habilidades: interpretar a legislação trabalhista e previdenciária vigente. Identificar os benefícios previdenciários que podem ser concedidos aos trabalhadores.

MÓDULO 9 - Direito Processual do Trabalho – 90h

Teoria Geral do Processo do Trabalho e Dissídios Individuais – 30h

Organização da Justiça do Trabalho. Jurisdição e Competência. Princípios gerais e peculiaridades do Processo do Trabalho. Condições da ação. Partes no processo trabalhista. Pressupostos processuais. Suspensão do processo. Extinção do processo. Intervenção de terceiros. Atos, termos e prazos processuais. Nulidades. Prescrição e Decadência. Aplicação subsidiária das alterações do CPC. Dissídio Individual trabalhista. Petição inicial. Procedimentos trabalhistas. Audiência. Arquivamento da reclamação. Respostas do réu. Sentença. Efeitos. Audiência de instrução e julgamento. Provas. Sentença. Coisa julgada.

Procedimentos Especiais no Processo do Trabalho – 20h

Inquérito para Apuração de Falta Grave. Ação de Consignação em Pagamento. Mandado de Segurança. Ação Rescisória. Ações Possessórias. Dissídios Coletivos. Ação civil pública e Ação civil coletiva.

Recursos no Processo do Trabalho - 20h

Recursos. Duplo grau de jurisdição. Princípios específicos dos recursos. Efeitos recursais. Procedimentos recursais. Pressupostos recursais. Prazos. Depósito recursal. Juízo de admissibilidade. Recursos admitidos no Processo do Trabalho.

Execução no Processo do Trabalho - 20h

Princípios específicos sobre a execução. Competência. Títulos executivos. Execução provisória e execução definitiva. Sucessão trabalhista e execução. Desconsideração da personalidade jurídica do empregador. Nomeação de bens. Penhora. Penhora de bens de ex-sócios. Efeitos. Modalidades. Exceção de pré-executividade. Embargos à execução e à penhora. Embargos de terceiro. Recursos na execução.

Competências e habilidades: conhecer os conceitos elementares e identificar os princípios fundamentais do Direito Processual do Trabalho; deverá, ainda, saber como propor a ação trabalhista e compreender os procedimentos implicados em suas diversas fases; sendo, por fim, capaz de solucionar situações concretas com a aplicação dos conceitos e princípios processuais trabalhistas.

MÓDULO 10 – Didática do Ensino Superior – 30h

Histórico sobre didática. Construção do conhecimento. O docente do ensino superior. O professor e o aluno como protagonistas: novos papéis e representações no espaço institucional. A aula. Métodos de ensino. Estratégias de ensino. O uso de novas tecnologias no ensino superior. Ensino a distância. Avaliação da aprendizagem no ensino superior. O projeto pedagógico, o plano de curso e o plano de aula.

Competências e habilidades: Ser capaz de identificar o processo de ensino-aprendizagem, analisar os elementos que compõem o sistema. Refletir sobre a avaliação da aprendizagem. Ser capaz de utilizar as ferramentas para elaboração de planos de disciplina e de aula.

MÓDULO 11 – Metodologia da Pesquisa – 30h

Confecção de um artigo com orientação acadêmica.

Competências e habilidades: Ser capaz de identificar as etapas do método científico e caracterizar os passos do processo de pesquisa, bem como identificar os diferentes tipos de pesquisa. Ser capaz de elaborar um projeto de pesquisa, dentro de uma metodologia científica coerente e de possível execução.

IX. METODOLOGIA

Como recursos metodológicos a serem empregados no curso podem-se destacar os seguintes:

Aulas expositivas mediante o método discurso argumentativo, permeado em debates, análises de casos concretos e de *hard cases*, de tal forma que os alunos são levados a construir em conjunto as categorias dogmáticas jurídicas e seus novos parâmetros conceituais, inerentes ao fenômeno jurídico do pós-positivismo.

X. INTERDISCIPLINARIDADE

A metodologia do curso desenvolve diversas temáticas, interligando os diversos campos da ciência jurídica, com interface do direito constitucional, civil, empresarial, ambiental e também ligado à filosofia do direito. Propicia, assim ao aluno, uma visão sistemática do campo jurídico em estudo. O curso se desenvolve mediante aulas, debates, palestra, discussões e seminários. A especialização tem o escopo de propiciar aos alunos uma percepção crítica e dialética dos institutos jurídicos do direito e processo do trabalho modernos, valendo-se das mais diversas fontes nacionais e internacionais, e tendo como vetor axiológico a efetivação do princípio constitucional da dignidade humana. Os alunos são orientados a desenvolver os seus trabalhos dentro das perspectivas acima apontadas, procurando sempre dar concretude as propostas teóricas do curso a partir da resolução de casos práticos por eles mesmos trazidos, a partir de suas experiências empresariais, sindicais, e demais experiências do mercado de trabalho em geral, ou indicados pelos professores.

XI. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Estudo de casos concretos, com acompanhamento da evolução jurisprudencial, participação em seminários e elaboração do projeto final de curso.

XII. TECNOLOGIA

Os professores têm à disposição os seguintes equipamentos como recursos de apoio às atividades didático-pedagógicas:

- ✓ Datashow
- ✓ Computador
- ✓ TV
- ✓ Vídeo

XIII. INFRAESTRUTURA FÍSICA

Salas de aula acarpetadas, com sistema de refrigeração central, equipadas com os recursos descritos no item anterior mais quadro-branco e carteiras estofadas e acolchoadas. Acesso livre às dependências da Biblioteca da Faculdade (inclusive sala de estudos individuais e em grupo), bem como aos Laboratórios de Informática da Instituição.

XIV. CRITÉRIO DE SELEÇÃO

O pré-requisito essencial para a admissão nos cursos de Pós-graduação da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio é possuir diploma de graduação em qualquer curso superior. Adicionalmente é exigido um currículo atualizado como critério adicional de seleção, que será utilizado eventualmente em entrevista com o coordenador do respectivo curso no caso de procura superior à oferta de vagas. Ao matricular-se no curso o aluno estará aceitando as normas estabelecidas pelas Instruções Normativas da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio. Cada disciplina do curso terá sua avaliação própria. Caso o aluno seja reprovado em uma disciplina, por insuficiência de nota ou de presença, terá de repeti-la em um outro curso que venha a ser programado.

XV. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

Cada disciplina terá uma avaliação de acordo com os critérios exigidos por cada professor regente, sendo exigida uma nota mínima igual ou superior a 7,0 (sete). É obrigatória a adoção, pelo professor regente, de mais de um critério de avaliação que, no seu conjunto, estabelecerão a nota final do aluno. Assim, cada aluno será avaliado por um conjunto de

dois ou mais critérios, a saber: média da nota de trabalho(s) mais a nota de participação; ou média de nota(s) intermediária(s) com a nota de prova ou trabalho final.

Já o Trabalho de Conclusão de Curso exigirá uma nota mínima igual ou superior a 7,0 (sete).

XVI. CONTROLE DE FREQUÊNCIA

No início de cada disciplina, o professor responsável recebe uma pauta com a lista de nomes e número de inscrição dos alunos em cada disciplina onde registra as presenças e ausências. Ao final do curso verifica-se o cumprimento da presença mínima em 75% das aulas de cada aluno a fim de lhe permitir a expedição do certificado de conclusão do curso caso aprovado em todas as disciplinas oferecidas, uma vez aprovado o presente Projeto.

XVII. TRABALHO DE CONCLUSÃO

O TCC será um artigo científico ou monografia sobre tema relacionado ao curso, orientado pelos professores regentes do curso, indicados de acordo com a sua disponibilidade e interesse. O TCC será desenvolvido e apresentado pelo aluno ao orientador, em contatos quinzenais devidamente formalizados e registrados, e aprovado pelo professor orientador, dentro do período máximo de 90 dias contados a partir da data de conclusão do curso. As disciplinas Metodologia da Pesquisa e Didática do Ensino Superior auxiliarão no desenvolvimento do trabalho. O TCC terá a supervisão do Núcleo de Trabalho de Conclusão de Curso e Estágio Supervisionado (NTCE) da Presbiteriana Mackenzie Rio. O TCC obedecerá ao estabelecido nas Instruções Normativas da Presbiteriana Mackenzie Rio, sendo autorizado pelo Coordenador do Curso, em caráter excepcional, a isenção de apresentação do trabalho a banca, em sessão pública.

XVIII. CERTIFICAÇÃO

De acordo com as exigências da legislação educacional (Resolução CNE/CES nº. 1. de 03 de abril de 2001), o aluno deverá elaborar um Trabalho de Conclusão de Curso. Atendidos os requisitos do curso, será oferecido um Certificado de Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito e Processo do Trabalho, emitido pela Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio.
